



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 85/2016

**Primeiro outorgante:** Município de Coimbra, NIPC 506 415 082, com sede na Praça 8 de maio, desta cidade, representado por Manuel Augusto Soares Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

**Segundo outorgante:** União Desportiva de Lógo de Deus, NIPC 501 245 200, com sede na Rua Fonte das Vinhas, s/n – Lógo de Deus – 3020-212 Coimbra, representada por Jorge Miguel Varandas de Carvalho, na qualidade de Presidente da Direção. .

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente Contrato-Programa nos termos e ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto); do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo); das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto (Edital nº 90/2014, de 10 de outubro); e em execução da deliberação nº 2477/2016 da Câmara Municipal, tomada em 07/11/2016 com base na Informação n.º 219/DDJ/2016, de 31/10/2016 (SGD n.º 37.596/2016), que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objecto do contrato**

Constitui objeto deste Contrato-Programa o apoio à actividade desportiva referente à época 2015/2016, na seguinte área:

a) Instalações Desportivas.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Apoio financeiro**

Na prossecução objeto descrito na cláusula 1ª, o Município de Coimbra concede apoio financeiro à 2ª outorgante como a seguir se discrimina:



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. Instalações Desportivas, no montante de **2.500,00€** (dois mil e quinhentos euros).

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município**

Constituem obrigações do Município de Coimbra, atribuição de um apoio financeiro estipulado na Cláusula 2ª, no montante total de **2.500,00€** (dois mil e quinhentos euros).

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações da União Desportiva de Lôgo de Deus**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

1. Enviar ao 1º Outorgante o relatório de execução final do contrato-programa, até à data de vigência do presente contrato;
2. Colaborar graciosamente com o 1º Outorgante e com outras instituições desportivas de Coimbra, a indicar pelo 1º Outorgante, em ações desportivas de interesse municipal;
3. Colocar o logotipo em uso da Câmara Municipal de Coimbra em todas as atividades publicitadas pelo 2º Outorgante.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Programa de desenvolvimento desportivo**

Os apoios referidos na cláusula 2ª, correspondem ao Programa de Desenvolvimento Desportivo referente à época desportiva 2015/2016, candidatado pelo 2º outorgante.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Acompanhamento e controlo do contrato-programa**

Compete ao Município fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Vigência**

O Contrato-Programa entra em vigor a partir da data da sua assinatura, decorrendo o seu período de vigência até ao final do ano de 2017.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Cláusula 8.ª

#### Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

### Cláusula 9.ª

#### Resolução do contrato

O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Município, caso o 2º outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e, bem assim, de entregar atempadamente os documentos que lhe sejam solicitados pelo Município no decurso da execução do mesmo.

### Cláusula 10.ª

#### Publicitação do apoio

O presente Contrato-Programa está sujeito à publicação nos sítios de Internet do Município e da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, confirmado pelo Despacho n.º 1169/2014 do Ministério das Finanças, datado de 24 de janeiro.

### Cláusula 11.ª

#### Disposições finais

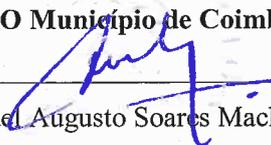
1. Os litígios emergentes da execução do presente contrato serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei;
2. Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o Tribunal Administrativo competente;
3. Ao presente contrato aplica-se, subsidiariamente, o previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro e no Código de Contratos Públicos.

Este Contrato-Programa foi feito em duplicado no dia 22 de Dezembro, de 2016, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

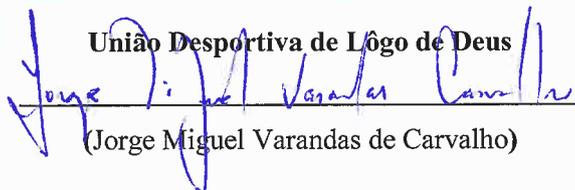


## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Município de Coimbra

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Augusto Soares Machado, Dr.)

União Desportiva de Lógo de Deus

  
\_\_\_\_\_  
(Jorge Miguel Varandas de Carvalho)

Min. : RO

Elab. : RO

Conf. : FP

Serv. Emissor: DDJ